

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.716 milhões (30/06/2017 - R\$1.617 milhões). O lucro líquido apresentado no primeiro semestre de 2018, foi de R\$271 milhões (30/06/2017 - R\$238 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2018, os ativos totais atingiram R\$41.534 milhões (30/06/2017 - R\$34.388 milhões). Desse montante, destaca-se, R\$31.842 milhões (30/06/2017 - R\$25.176 milhões) que são representados

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

por operações de crédito e R\$3.258 milhões (30/06/2017 - R\$3.354 milhões) que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 30 de junho de 2018, os passivos totais atingiram R\$39.817 (30/06/2017 - R\$32.771 milhões), representados principalmente pelo montante de depósitos interfinanceiros de R\$36.994 milhões (30/06/2017 - R\$30.220 milhões).

Outras Informações

A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		21.124.740	16.829.188
Disponibilidades	4 & 17.d	4.657.57	56.920
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.d	28.28.491	1.011.406
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.828.491	1.011.406
Títulos e Valores Mobiliários	5	136.345	126.261
Carteira própria		136.345	126.261
Relações Interfinanceiras		7.927	5.330
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		7.927	5.330
Operações de Crédito		15.310.139	13.053.393
Setor Privado		15.727.000	13.374.546
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(416.861)	(321.153)
Outros Créditos	6.e	2.762.936	2.518.494
Rendas a Receber		26.594	27.785
Créditos Tributários		194.231	427.632
Diversos		2.596.562	2.101.877
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(54.451)	(38.800)
Outros Valores e Bens	9	32.345	57.384
Outros Valores e Bens		1.184	-
Despesas Antecipadas		31.161	57.384
Ativo Realizável a Longo Prazo	19.349.642	16.749.980	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.d	429.903	2.342.290
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		429.903	2.342.290
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	357.784
Carteira própria		-	357.784
Operações de Crédito		16.531.823	12.122.265
Setor Privado		17.168.603	12.580.859
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(636.780)	(458.594)
Outros Créditos	6.e	2.378.391	1.882.689
Créditos Tributários		1.500.653	1.109.648
Diversos		975.654	846.872
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(97.916)	(73.831)
Outros Valores e Bens	9	9.525	44.952
Despesas Antecipadas		9.525	44.952
Permanente	1.059.165	808.455	
Investimentos	10	1.015.422	749.942
Participações em Controladas - No País		866.182	586.447
Ágio		149.240	163.495
Imobilizado de Uso	11	17.489	22.043
Imobilizado de Uso		76.341	76.140
(Depreciações Acumuladas)		(58.852)	(54.097)
Intangível	12	26.254	36.470
Ativos Intangíveis		143.710	145.945
(Amortizações Acumuladas)		(117.456)	(109.475)
Total do Ativo		41.533.547	34.387.623

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31 de Dezembro 2016	726.561	87.203	530.391	20.383	(24)	-	1.364.514
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	14.437	17	-	14.554
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	237.717	237.717
Reserva Legal	16.c	11.885	-	-	-	(11.885)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	726.561	99.088	756.223	34.820	(7)	-	1.616.685
Saldos em 31 de Dezembro 2017	726.561	116.338	703.209	30	(9)	-	1.546.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(3)	5	2	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	270.992	270.992
Reserva Legal	16.c	13.550	-	-	-	(13.550)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	-	(100.664)	(100.664)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	78.389	-	-	(78.389)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	78.389	-	-	(78.389)	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	726.561	129.888	859.987	27	(4)	-	1.716.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Aymoré CFI (Nota 17.c). As normas do Bacen não prevêm a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora. O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os semestres findos em 30 de junho de 2018, na reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

As demonstrações financeiras são classificadas em exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) A adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, é determinada a partir dos saldos de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) A conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indicadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentarem atraso superior a 360 dias.

No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão reconhecem-se registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Os ajustes das operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em carteira (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das operações e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com o vencimento dos respectivos contratos.

i) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Os ajustes das operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em carteira (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das operações e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1) **Investimentos** - Os investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

2) **Ágio na aquisição de sociedades controladas** é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

l) Imobilizado de Uso

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Passivo Circulante		16.449.723	18.488.257
Depósitos		15.038.813	17.416.037
Depósitos à Vista		20.846	13.845
Depósitos Interfinanceiros	17.d	15.017.967	17.402.192
Outras Obrigações		1.410.910	1.072.220
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		16.296	18.519
Sociais e Estatutárias		90.437	5.068
Fiscais e Previdenciárias	13	33.833	177.996
Diversas	14	1.270.344	871.137
Passivo Exigível a Longo Prazo		23.367.365	14.282.681
Depósitos		21.976.033	12.817.936
Depósitos Interfinanceiros	17.d	21.976.033	12.817.936
Outras Obrigações		1.391.332	1.464.745
Fiscais e Previdenciárias	13	-	22.603
Diversas	14	1.391.332	1.442.142
Patrimônio Líquido	16	1.716.459	1.616.685
Capital Social:			
De Domiciliados no País		726.561	726.561
Reservas de Lucros		989.875	855.311
Ajustes de Avaliação Patrimonial	23	34.813	-
Total do Passivo		41.533.547	34.387.623

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31 de Dezembro 2016	726.561	87.203	530.391	20.383	(24)	-	1.364.514
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	14.437	17	-	14.554
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	237.717	237.717
Reserva Legal	16.c	11.885	-	-	-	(11.885)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.b	-	112.916	-	-	(112.916)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	726.561	99.088	756.223	34.820	(7)	-	1.616.685
Saldos em 31 de Dezembro 2017	726.561	116.338	703.209	30	(9)	-	1.546.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(3)	5	2	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	270.992	270.992
Reserva Legal	16.c	13.550	-	-	-	(13.550)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	-	(100.664)	(100.664)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	78.389	-	-	(78.389)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	78.389	-	-	(78.389)	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	726.561	129.888	859.987	27	(4)	-	1.716.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

No semestre findo de 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PwC e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

% Provisão em Carteira	30/06/2017		30/06/2017	
	Carteira de Créditos	Provisão	Carteira de Créditos	Provisão
Nível de Risco				
AA	-	14.421.032	-	-
A	0,5%	8.566.799	8.566.799	42.834
B	1%	1.605.931	942.366	25.478
C	3%	361.438	896.383	37.735
D	10%	89.685	338.023	42.771
E	30%	18.221	167.619	185.840
F	50%	10.570	146.240	156.810
G	70%	5.272	102.287	107.559
H	100%	19.813	513.795	533.608
Total		25.098.221	3.106.713	28.204.934

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e é expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, e a expectativa em cada nível de risco.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2018		30/06/2017	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 31/12/2017	Constituição
Saldo Inicial	981.489	925.624	981.489	925.624
Condições Líquidas das Reversões	797.328	535.598	797.328	535.598
Baixas	(572.809)	(568.844)	(572.809)	(568.844)
Saldo Final	1.206.008	892.378	1.206.008	892.378
Circulante	471.312	359.953	471.312	359.953
Longo Prazo	734.696	532.425	734.696	532.425
Créditos Recuperados (1)	85.888	61.933	85.888	61.933

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos Renegociados	594.129	214.142
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(161.695)	(81.725)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	27,2%	38,2%

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	30/06/2018		30/06/2017	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 31/12/2017	Constituição
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.005.027	344.754	(355.677)	994.104
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	79.951	31.201	(18.906)	92.246
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	483.870	34.271	(26.289)	491.852
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	68.821	13.698	(8.693)	71.826
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	9.880	7.081	(10.088)	6.873
Outras Provisões Temporárias (1)	19.613	18.370	-	37.983
Total dos Créditos Tributários	1.665.162	449.375	(419.653)	1.694.884
Circulante	63.039	194.231	194.231	63.039
Longo Prazo	1.602.123	1.500.653	1.500.653	1.602.123
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	796.340	250.008	(147.708)	898.640
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	63.004	22.795	(9.945)	75.854
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	445.087	35.920	(14.800)	466.207
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50.593	19.226	(4.073)	65.746
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	8.856	9.344	(9.065)	9.132
Outras Provisões Temporárias (1)	25.433	-	(3.735)	21.701
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.389.313	337.293	(189.326)	1.537.280
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	75.814	-	(75.814)	-
Total dos Créditos Tributários Circulante	1.339.650	337.293	(265.140)	1.537.280
Longo Prazo	341.468	998.182	998.182	341.468

(1) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa e depósitos judiciais.

(2) A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2018 e 2017.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	30/06/2018		30/06/2017	
	Diferenças Temporárias	Total	Diferenças Temporárias	Total
2018	29.033	19.959	48.994	48.994
2019	181.539	108.936	290.475	290.475
2020	144.954	86.997	231.951	231.951
2021	179.487	107.617	287.104	287.104
2022	455.225	270.888	726.113	726.113
2023 a 2025	66.653	39.992	106.645	106.645
2026 a 2027	2.262	1.340	3.602	3.602
Total	1.059.155	635.729	1.694.884	1.694.884

(1) Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

(2) O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.367.301 (30/06/2017 - R\$1.368.949), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2018		30/06/2017	
	Diferenças Temporárias	Total	Diferenças Temporárias	Total
Titulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	2.771.467	2.249.529	2.771.467	2.249.529
Devedores por Depósitos em Garantia	485.264	465.274	485.264	465.274
Para Interposição de Recursos Fiscais	56.827	54.648	56.827	54.648
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	98.966	94.896	98.966	94.896
Para Interposição de Recursos Cíveis	146.624	80.234	146.624	80.234
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	4.242	3.443	4.242	3.443
Adiantamentos Salariais	3.593	4.648	3.593	4.648
Circulantes	5.233	6.075	5.233	6.075
Total	3.572.162	2.948.749	3.572.162	2.948.749
Circulante	2.596.526	2.101.877	2.596.526	2.101.877
Longo Prazo	975.636	846.872	975.636	846.872

9. Outros Valores e Bens

(1) Referem-se, substancialmente, à despesas antecipadas referente a comissões de agenciamentos.

10. Participações em Controladas

	30/06/2018		30/06/2017	
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação
Investimento				
Super Pagamentos e Arrendamento de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) (1)	Instituição de Pagamento	90.724	100,00%	100,00%
Banco Olé Bonusseu Consignado S.A. (Olé Consignado) (2)	Banco	261.949	60,00%	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	50,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) (3)	Em transformação	50.000	50,00%	50,00%
Patrimônio Líquido	866.182	586.447	95.858	23.624
Investimento				
Super	35.852	35.924	16.349	(43)
Olé Consignado	1.044.775	150.327	626.865	423.871
Banco PSA	306.303	111.711	153.152	146.227
Banco Hyundai	100.480	483	50.241	-
Total	866.182	586.447	95.858	23.624
Total dos Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial	866.182	586.447	95.858	23.624
Agio - Super	82.066	95.079	50.000	(4.689)
Agio - Olé Consignado	54.811	67.344	6.353	20.153
Agio - Banco PSA	12.363	1.072	-	-
Total dos Investimentos	1.015.422	749.942	1.015.422	749.942

(1) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724,086 (cinquenta mil, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em todo íntegro e ante a integralização existente, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial integral da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e contabilizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

(2) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Ao contrário, em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado em AGE, realizada em 9 de fevereiro de 2018, aprovaram o aumento de capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando do atual R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE na proporção de suas respectivas participações no capital social. A AGE de 9 de fevereiro de 2018, que deliberou pelo aumento de capital, foi aprovada pelo Banco em despacho de 15 de março de 2018.

(3) Sociedade constituída em 22 de abril de 2018. Em conformidade com o Acordo de Acionistas, o controle operacional efetivo é exercido pela Aymoré CFI, sociedade subsidiária integral do Banco Santander (Nota 26).

Movimentação dos Investimentos

	30/06/2018		30/06/2017	
	Banco Hyundai	Banco PSA	Super	Olé Consignado
Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2017	50.000	160.309	124.903	616.724
Dividendos	-	-	-	816.724
Resultado de Equivalência Patrimonial	241	5.856	(435)	90.196
Despesas de Amortização do ágio	-	(650)	(6.478)	(6.267)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5
Valor Contábil dos Investimentos em 30 de junho de 2018	50.241	165.515	117.990	681.676
Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2016	138.057	122.547	479.247	739.851
Dividendos	-	-	-	(1.935)
Complemento ao Preço Pago	2.408	-	-	(2.408)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.170	(4.699)	20.153	23.624
Despesas de Amortização	(1.336)	(6.420)	(6.267)	(14.023)
Ajuste de Mercado	-	-	-	17
Valor Contábil dos Investimentos em 30 de junho de 2017	147.299	111.428	491.215	749.942

11. Imobilizado de Uso

	30/06/2018		30/06/2017	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.729	(8.364)	2.365	2.961
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.863	(2.634)	29	36
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.795)	-	-
Benefícios em Imóveis de Terceiros	56.856	(41.763)	15.093	19.045
Outras	2.098	(2.096)	2	1
Total	76.341	(58.852)	17.489	22.043
Valor Contábil	17.193	17.193	17.489	17.489
Amortização	59.148	(41.659)	0	0
Total	143.710	(117.456)	17.489	17.489

13. Fiscais e Previdenciárias

(1) As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	143.839
Provisão para Tributos Diferidos	176	27.634
Impostos e Contribuições a Pagar	33.657	28.626
Total	33.833	200.099
Circulante	33.833	177.496
Longo Prazo	-	22.603

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição/ Realização	Saldo em 30/06/2018
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	-	(76)	-
Mais Valia dos Intangíveis da Super	252	(76)	176
Total	252	(76)	176
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	15.904	11.420	27.324
Mais Valia dos Intangíveis da Super	385	(75)	310
Total	16.289	11.345	27.634

b) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2018		30/06/2017	
	Diferenças Temporárias	Total	Diferenças Temporárias	Total
2018	25	15	40	40
2019	50	30	80	80
2020	26	15	41	41
2021	1	1	2	2
2022	4	2	6	6
2023 a 2025	2	1	3	3
2026 a 2027	1	1	2	2
Total	110	66	176	176

14. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 15.b)	1.291.745	1.228.859
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	350.318	317.933
Provisão para Pagamentos a Etecur	48.527	46.375
Despesas de Pessoal	417	480
Despesas Administrativas	10.270	11.922
Outros Pagamentos	892.332	614.339
Fornecedores (1)	37.998	66.491
Taxa de Equalização - Subsídio da Rede (2)	15.296	16.405
Debitos de Veículos e Arrendamento - Leilão	15.296	16.405
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	833	830
Outras	14.000	9.645
Total	2.661.676	2.313.279
Circulante	1.27	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2018, foram registradas despesas *pro rata* dia no valor de R\$33 (30/06/2017 - R\$28) para o Programa Global e R\$876 (30/06/2017 - R\$3) para o Programa Local, registrados em despesas de pessoal.

26. Reestruturações Societárias

a) Criação Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da

Hyundai no Brasil. O banco será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em Decreto Presidencial de 18 de setembro de 2017, o governo brasileiro reconheceu ser de interesse a participação estrangeira no Banco. Em 27 de setembro de 2017 o Bacen manifestou-se favoravelmente ao projeto. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., entidade não operacional, que, em 08 de maio de 2018, foi transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A., e teve seu capital social aumentado em R\$ 99.995, passando ao montante de R\$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os atos constitutivos do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. encontram-se em análise perante o Bacen e sua atuação como instituição financeira na categoria banco múltiplo está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento daquela autarquia. A Aymoré CFI detém o controle desta sociedade.

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Angel Santodomingo Martell

Diretores Executivos

Andre de Carvalho Novaes

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ricardo Olivare de Magalhães

Amancio Acúrcio Gouveia

Gustavo de Sousa Santos

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de agosto de 2018

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4